



ALERTA - PÁGINA 8

Sindetran-MS já denunciou descaso com empresas credenciadas para vistoria



SAÚDE - PÁGINA 3

Dourados recebe novo laboratório de análises clínicas da Cassems

DENÚNCIA CONTRA AZAMBUJA QUE APARECEU NO FANTÁSTICO SERÁ JULGADA PELO STJ DIA 17

O Superior Tribunal de Justiça marcou a data para julgar o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) no escândalo de corrupção denunciado pelo Fantástico, da TV Globo. O inquérito 1.198, relatado pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, foi incluído na pauta de julgamento da Corte Especial do dia 17 de outubro deste ano. **Páginas 4 e 5**



Ex-secretário Sérgio de Paula, da Casa Civil, e o governador são alvos de inquérito no STJ

CONQUISTA - PÁGINA 7

SINDIJUS-MS informa publicação de Lei que beneficia servidores do Judiciário

FUNCIONALISMO - PÁGINA 2

Prefeito recorre ao TJMS para não pagar em dia salário de servidores em Coxim



O prefeito de Coxim, Aluizio São José, já atrasou por mais de 40 dias em três meses o salário dos servidores públicos da cidade, causando transtorno e prejuízo aos funcionários

ELEIÇÕES 2018 - PÁGINA 8

Tenente Monaco será a voz dos servidores públicos estaduais de MS a nível federal

Prefeito recorre ao TJMS para não pagar em dia salário de servidores em Coxim

II Almoço por três dias em frente à Prefeitura, pedido de doação de cesta básica e recurso na Justiça: nada faz o prefeito de Coxim, Aluizio São José, para pagar o salário que já atrasou por mais de 40 dias em três meses dos servidores públicos da cidade, causando transtorno e prejuízo.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Os SINSMC (Sindicato dos Funcionários e Servidores Municipais de Coxim), apoiado pela FESERP/MS e NCST/MS realizaram almoço durante três dias em frente à Prefeitura de Coxim como forma de protesto.

O Presidente do SINSMC, Paulo Monteiro, afirma que vai continuar as mobilizações e que os servidores podem decretar greve nos próximos dias. “Estamos abertos ao diálogo há muito tempo, já tentamos falar com o Prefeito Aluizio, mas não atende, queremos o nos-

so salário em dia, já que a prefeitura alega que o índice de folha está na normalidade, por que não pagar em dia?”.

Uma das maiores preocupações dos servidores é o do Instituto Municipal de Previdência de Coxim – IMPC, onde não se paga a parte patronal e ainda atrasa a parte servidor (os 11%).



Mobilizações devem continuar e servidores podem decretar greve

Recurso e gasto com publicidade



Prefeito Aluizio São José

O MPE (Ministério Público Estadual) de Coxim impetrou uma ação de obrigação de fazer para que a Prefeitura normalizasse o pagamento. Para isso, a juíza Helena Alice Machado Coelho determinou que o município deixasse de gastar com publicidade, propaganda e marketing até que regularizasse em três meses os pagamentos integrais até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 459, da CLT.

A decisão é de julho. No entanto, o prefeito Aluizio São José (PSB) entrou com recurso pedindo a suspensão da liminar da Juíza Helena Alice Machado Coelho e foi atendido pelo desembargador Marcos José de Brito Rodrigues, do

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

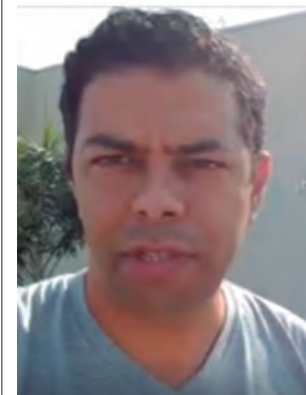
O SINSMC recorre. “Não ficou claro o que o desembargador de Justiça suspendeu, porque o processo tem dois capítulos, sendo um os gastos com publicidade e outro o pagamento em dia dos servidores municipais de Coxim que é indiscutível”, afirmou Caio Campos, advogado do SINSMC.

Para o Presidente do SINSMC, o atraso de pagamento salarial é injustificável. “A gestão não tomou as medidas administrativas de contenção de gastos em tempo, manteve contratos e gastos sem controle, chegando ao ponto de atrasar todos os repasses e pagamento de fornecedores”.

Cestas básicas

Na última semana, o Sindicato começou a realizar uma arrecadação de cestas básicas aos servidores. Com pagamento realizado no último dia 10 em apenas 50% da folha, muitos funcionários ainda aguardam a quitação do salário.

Pelas redes sociais, o sindicato afirma que alguns servidores têm filhos pequenos e estariam sem alimentos por conta da falta de pagamento e de previsão de recebimento.



Paulo Monteiro, presidente do SINSMC

Prefeitura alega dificuldades

Prefeito da cidade, Aluizio São José não nega os atrasos. “De fato, estamos desde o dia 10 sem quitar esse 50% da folha. Nós enfrentamos uma crise e diminuição drástica no repasse do ICMS ao município”.

Segundo o líder do executivo, há previsão de repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) nos próximos dias. “Caso seja depositado, a gente pretende quitar essa folha”.

Aluizio diz ainda que todas as medidas possíveis já foram tomadas para diminuir o custo da folha. “Nós demitimos comissionados, não mantemos mais contrato com estagiários, reduzimos a carga horária para seis horas corridas no atendimento na prefeitura. Tudo o que está no nosso alcance está sendo feito”.

São José nega, no entanto, que os menores salários estejam em atraso. “Quem recebe menos já está com seu salário. Efetivamente quem recebe mais é que ficou com o salário atrasado e é a minoria dos servidores”.

Ao todo, são cerca de mil funcionários na cidade e uma folha bruta no valor de R\$ 4 milhões.

servidorpúblico.MS

jornal do funcionalismo público em Mato Grosso do Sul
Jornal de distribuição dirigida com atualização diária na internet pelo endereço www.servidorpublicoms.com.br - Circula domingo na Av. Afonso Pena, nos órgãos públicos, autarquias e empresas públicas federais, estaduais e municipais de Mato Grosso do Sul.

Jornalista Responsável: Cláudio Souza - DRT 411 MS
REDAÇÃO: (67) 99257-9847
servidorpublico.ms@gmail.com | www.servidorpublicoms.com.br
Avenida Guaicurus, 4.147 - Alves Pereira - Campo Grande - MS

Dourados recebe novo laboratório de análises clínicas da Cassems



O Hospital Cassems de Dourados irá inaugurar, no dia 16 de outubro, seu mais novo espaço para melhor atender aos beneficiários do Plano, convênios credenciados e também àquelas pessoas que procuram um local com qualidade para realizar seus exames laboratoriais. Embora a inauguração do espaço esteja marcada para a segunda quinzena, os beneficiários já podem utilizar seus serviços.

Da Redação
www.servidorpublicoms.com.br

O laboratório do Hospital Cassems de Dourados passou por uma ampla reforma, que contemplou toda a sua infraestrutura, desde a recepção à área técnica, permitindo oferecer mais conforto no atendimento aos pacientes e qualidade para

os colaboradores que ali trabalham.

Além da ampliação da recepção, houve ainda a adaptação dos banheiros e portas, em cumprimento à lei de acessibilidade, e outras para maior conforto.

“Nossa expectativa é dobrar o número de atendimento, visando atender o paciente com respeito, qualidade e satisfação. Investir em tecnologia e equipamentos de ponta e ser referência em qualidade em exames de análises clínicas”, considera o diretor do Hospital Cassems de Dourados, Jean Rodrigues.

O presidente da Cassems, Ricardo Ayache acredita que a reforma do local irá proporcionar mais qualidade e conforto no atendimento. “A Cassems vem crescendo e se desenvolvendo sempre pensando no bem

-estar dos seus usuários. O laboratório é mais uma conquista e quem ganha é a população douradense, que passará a ter um atendimento humanizado com todo carinho da nossa equipe”, explica.

O laboratório funciona há pouco mais de um ano e a reforma vem para ampliar sua capacidade e permitir um atendimento mais ágil. Dentre os serviços oferecidos estão: exames hematológicos, imunológicos, bioquímicos, hormonais, parasitológicos, uroanálises, testes genéticos, entre outros.

O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 6h às 17h (o horário de coleta de material para os exames é das 6h às 14h). Aos sábados o horário é das 7h às 11h. O atendimento aos pacientes de pronto atendimento e internados é 24h.

ARTIGO

OCUPAR, REPRESENTAR E RESISTIR!

A política como espaço de defesa da educação e dos direitos dos trabalhadores

Prof. Gilvano
Kunzler Bronzoni
Sec. de Formação Sindical ACP

A luta sindical tem se consolidado como uma forte instância de resistência contra a retirada de direitos dos trabalhadores, porém com certa dificuldade de real eficiência, se a categoria não se conscientizar da importância de ocuparmos espaços nas representações da política local e nacional.

A ACP (Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública) e outros sindicatos ocupam as ruas, resistem e denunciam as ações e propostas que atacam os trabalhadores, hoje não apenas impedindo de avançar nas conquistas, mas também retirando direitos já conquistados, assim como outros projetos que tentam calar a educação para que não posamos mais nos posicionar e formar cidadãos conscientes e participativos. Da luta não nos retiramos, pois esse é nosso papel e dele não desistimos, embora a dificuldade de convencer parlamentares que nada têm de compromisso com os setores sociais seja nosso maior obstáculo.

As pautas dos trabalhadores voltam a ser o centro dos debates políticos em todos os momentos eleitorais, deixando transparente o círculo vicioso da falta de compromisso e dos discursos meramente eleitoreiros, que nada significam além de estratégia anunciada para manutenção de mandatos sem nenhuma

representação para os setores sociais, como Educação Pública de qualidade.

Em 2014, entrou em vigor o Plano Nacional da Educação para um prazo de dez anos, com vinte metas para serem alcançadas até 2024. Não obstante a consistência do PNE, aprovado após anos de discussão democrática da sociedade e profissionais da educação, por meio de audiências públicas, CONAPE e demais instrumentos de participação popular, o plano está constantemente ameaçado, uma vez que o voto dos parlamentares tem gerado situações que inviabilizam a efetivação das estratégias propostas para o avanço na educação pública de nosso País. Um exemplo é a E.C. 95 (PEC do Teto) que limita os investimentos por vinte anos, contrariando o PNE que deixa claro a ampliação dos recursos até chegar a 10% do PIB em 2024.

Explicam essa situação, os dados levantados por uma pesquisa da CNTE, realizada em 2017: cerca de 33% dos deputados federais da Bancada da Educação pertencem também à Bancada Empresarial e só 9,2% integram a Bancada Sindical. Assim como na Câmara dos Deputados, no Senado também há uma forte presença da bancada empresarial na área de educação (38,3%), e uma presença pouco expressiva da bancada sindical, com 12,8% dos membros. Essas são evidências suficientes para a urgência de nossa representação por meio da política. É preciso equili-

brar essa correlação de forças.

Assim, é de fundamental importância nos reconhecer como classe trabalhadora, organizar e fortalecer a categoria para termos voz, onde se debatem e efetivam as mudanças que tanto interferem em nossas vidas e futuro. O momento exige que todos nos levantemos do berço esplêndido e encaremos a realidade. Em nosso favor, só a nossa organização sindical e representação política serão meios eficazes de garantir direitos.

Façamos das eleições gerais, um grande momento de construção e defesa da Educação Pública, buscando ampliar o campo de atuação do movimento sindical da educação no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas. Na escolha dos cargos majoritários (presidente e governador), é fundamental a análise do discurso dos candidatos para rejeitar as propostas de estado mínimo, onde temas como privatização, corte de gastos e reforma da Previdência sejam prioridades. Com uma roupagem de “responsabilidade fiscal” e desenvolvimento econômico, esse projeto neoliberal, na verdade, pretende sucatear a educação, bem como os demais serviços públicos, a fim de mercantilizar nossas vidas. Estejamos atentos e não caiamos nas falácias politiquieras. Nossa luta diária na educação e no movimento sindical devem balizar nossas escolhas. Porque só a NOSSA luta nos garante!

Incerteza no 2º turno em MS com julgamento de Azambuja pelo STJ

II É um desafio imaginar a reação dos eleitores que foram às urnas escolher o candidato vencedor de uma eleição e vê-lo impedido de tomar posse por causa de complicações judiciais. E é ainda mais desafiador imaginar que, em face desta situação, o eleitor seja obrigado a aceitar a posse de quem não venceu ou, em último caso, ir às urnas de novo para fazer outra eleição.

MS Notícias
www.msnoticias.com.br

A hipótese é real em estados como Mato Grosso do Sul, sobretudo diante de uma data decisiva para as pretensões políticas e eleitorais de uma das coligações que disputam o governo e quer reeleger o governador Reinaldo Azambuja (PSDB). Para essa data, 17 de outubro vindouro, está marcado no Superior Tribunal de



Empresário teria pago R\$ 500 mil para manter incentivos

Justiça (STJ) o julgamento do Inquérito 1.198/DF(2017/0180297-4). Requerido pela Justiça Pública, o feito tem como relatora a ministra Maria Thereza de Assis Moura.

O inquérito lançado na pauta de julgamento trata da denúncia feita em maio de 2017 pelo empresário José Alberto

Miri Berger, que disse ter pago R\$ 500 mil para obter favores do Estado, já que ele é dono de uma indústria de couros, a Braz Peli, e queria incentivos fiscais mediante propinas, mas ao ser pressionado para fazer desembolsos mensais resolveu passar o dinheiro ao corretor de gado José Ricardo Guitti Guimaro, o Polaco, gravando vídeo

e áudio das conversas sobre o ilícito.

Na época essa denúncia ganhou contornos de um grande escândalo, com divulgação dos vídeos em noticiosos nacionais e jogando sempre a responsabilidade na direção do governador Reinaldo Azambuja e de seu chefe da Casa Civil Sérgio de Paula, que depois foi exonerado, enquanto era aberto um inquérito policial para apurar todas as atividades contábeis da empresa de Berger. O que aconteceu então: o juiz Carlos Alberto Garcete de Almeida, da 1ª Vara do Tribunal do Júri, despachou o caso para o STJ tendo em vista que um dos acusados de ser beneficiário do esquema era o governador do Estado de Mato Grosso do Sul.

Reinaldo Azambuja se defendeu e mobilizou toda sua base política, jurídica e de aliados para

rebater as denúncias e tentando enquadrar Berger e Polaco na pecha de achacadores e golpistas, enquanto o processo seguia correndo classificado como sendo segredo de Justiça.

De qualquer maneira o governador tem todas as garantias para se defender dessas acusações na Justiça, mas tem consciência que é muito grande o risco de ter a sua trajetória política interrompida caso sofra uma condenação no STJ, um tribunal que está se mostrando cada dia mais concentrado na tarefa de sentenciar os casos de corrupção que chegam aos seus juízes.

Com as disponibilidades financeiras no limite e necessitando de um esforço milagroso para honrar seus compromissos de fim de ano, com certeza o Estado vai entrar em 2019 sem caixa suficiente para garantir a

governabilidade no primeiro exercício do futuro titular da Governadoria. E, caso se confirme a hipótese de ser eleito alguém que seja impedido de tomar posse, só uma nova eleição e um novo governante poderiam restabelecer as garantias de governabilidade, mas sabe-se lá a que preço, tendo em vista o impacto e os traumas decorrentes da quebra da normalidade do processo eleitoral.

As nuvens ameaçadoras da instabilidade estão começando a tomar conta dos céus políticos, eleitorais e administrativos de Mato Grosso do Sul enquanto não chega o 17 de outubro, quando estarão faltando apenas 11 dias para o segundo turno, que será no dia 28, sendo que a posse do governador está agendada para 1º de janeiro, isto se as eleições originais não sofrerem nenhum contratempo.



PLACAS DECORATIVAS

- ✓ Fabricado em MDF espessura 3mm
- ✓ Impressão de alta qualidade
- ✓ Acompanha fita dupla face já fixada no quadro
- ✓ Acabamento verniz fosco
- ✓ Maior resistência a umidade e ao mofo.

99104-2489

POR **R\$ 10,00** DE **R\$ 15,00**

FORMATO 27x19cm
HORIZONTAL OU VERTICAL

Denúncia contra Azambuja que apareceu no Fantástico será julgada pelo STJ dia 17

O Superior Tribunal de Justiça marcou a data para julgar o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) no escândalo de corrupção denunciado pelo Fantástico, da TV Globo. O inquérito 1.198, relatado pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, foi incluído na pauta de julgamento da Corte Especial do dia 17 de outubro deste ano.

Edivaldo Bitencourt
www.ojacare.com.br

Conforme a denúncia, veiculada em 28 de maio do ano passado, o empresário José Alberto Miri Berger, da Braz Peli, pagou R\$ 500 mil para manter os incentivos fiscais. No entanto, ao ser pressionado para pagar um valor mensal, ele decidiu gravar a entrega da suposta propina ao intermediário do então chefe da Casa Civil, o corretor de gado José Ricardo Guitti Guimarães, o Polaco.

Outros dois empresários confirmaram a denúncia, de que só conseguiam manter os benefícios fiscais mediante o pagamento de propina.

O programa global veiculou vídeo gravado por Berger, no qual ele pagava R\$ 30 mil em espécie para Polaco.

Dois meses antes, boatos



Ex-secretário Sérgio de Paula, da Casa Civil, e o governador são alvos de inquérito

da existência de vídeo com teor semelhante foi a causa da demissão de Sérgio de Paula, atual coordenador da campanha pela reeleição de Reinaldo. Na época, o governador aproveitou a reforma administrativa e extinguiu a Casa Civil.

Inicialmente, a Polícia Civil abriu inquérito contra a Braz Peli. Na época, com autorização da Justiça, houve opera-

ção contra o empresário e o processo começou a tramitar na 1ª Vara do Tribunal do Júri.

Ao verificar o depoimento do empresário ao Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado), o juiz Carlos Alberto Garçete de Almeida decidiu encaminhar o processo ao STJ porque Reinaldo acabou sendo citado

como beneficiário do suposto esquema criminoso e tem direito a foro privilegiado por ser governador do Estado.

O processo tramita em sigilo no STJ. No entanto, ao fazer busca no sistema do órgão com o nome de Reinaldo Azambuja da Silva, aparece a pauta de julgamento da Corte Especial de 17 de outubro deste ano, prevista para as 14h.

Governador se diz vítima de pilantras

Em entrevistas e no debate promovido pelo jornal Midiamax, o governador Reinaldo Azambuja defendeu-se das acusações de corrupção.

Ele enfatizou que é vítima de picaretas, no caso, os donos da JBS.

Durante confronto com o candidato do PSOL, João Alfredo, o tucano enfatizou que os irmãos Joesley e Wesley Batista, que o acusaram de

receber propinas, são “pilantras que roubaram o Brasil”.

“Não aceito condenação sem direito ao contraditório”, alertou. Ele destacou que tem 21 anos de vida pública e nunca teve condenação.

Durante o evento do Midiamax, o governador prometeu disponibilizar os documentos ao candidato e aos eleitores interessados em analisar o inquérito.

VÍTIMA DE ARMAÇÃO

O governador ainda insinuou estar sendo vítima de armação política, porque adversários teriam antecipado a Operação Vostok em grupos de whatsapp. Ele usa o mesmo argumento do ex-governador André Puccinelli (MDB), acusado de desviar mais de R\$ 300 milhões e preso na Operação Lama Asfáltica. O emedebista vê fins políticos na prisão ocorrida no início do prazo das convenções partidárias.

Segredo de Justiça

QO no INQUÉRITO Nº 1.188/DF (2017/0180297-4)
RELATORA : Ministra NANCY ANDRIGHI
REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : EM APURAÇÃO

INQUÉRITO Nº 1.198/DF (2017/0205932-5)
RELATORA : Ministra MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA
REQUERENTE : JUSTIÇA PÚBLICA
REQUERIDO : EM APURAÇÃO

INQUÉRITO Nº 1.231/DF (2018/0087563-5)
RELATOR : Ministro OG FERNANDES
REQUERENTE : JUSTIÇA PÚBLICA
REQUERIDO : EM APURAÇÃO

A assessoria do Superior Tribunal de Justiça informou que não se manifesta sobre processos que tramitam em segredo de Justiça.

PRESO NA OPERAÇÃO

Vostok, Polaco descartou fazer delação premiada e teria isentado as autoridades de qualquer participação no suposto esquema de cobrança de propina. Segundo o advogado José Roberto Rodrigues da Rosa, o seu cliente também descartava fazer delação premiada.

A proposta de colaboração foi formalizada por Polaco em carta encaminhada em abril deste ano ao Ministério Público. Na oportunidade, ele prometia entregar documentos e bilhetes.

Além do inquérito 1.198, Reinaldo é alvo de outros dois no STJ. O mais antigo é o 1.190, que apura o suposto pagamento de R\$ 67,7 milhões em propinas pela JBS, que teria

causado prejuízo de R\$ 209,7 milhões aos cofres estaduais.

No início deste mês, neste inquérito, o ministro Félix Fischer decretou a prisão temporária de 14 pessoas, entre as quais estavam o filho do governador, Rodrigo Souza e Silva, o conselheiro do Tribunal de Contas, Márcio Monteiro, e do deputado estadual José Roberto Teixeira, o Zé Teixeira (DEM).

O outro inquérito, de número 1.243, apura o plano para recuperar a propina de R\$ 270 mil destinada a Polaco. O aposentado Luiz Carlos Vareiro, que seria “laranja” da Ciacom, também revelou que teria sido contratado para matar o corretor de gado.

Neste último processo, o ministro determinou a transferência das investigações da esfera estadual, onde era conduzido pelo promotor Marcos Alex Vera, para o Ministério Público Federal.

Candidatos ao governo acatam reivindicações do Fórum dos Servidores de Mato Grosso do Sul

II Durante o debate realizado na Fetems (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul), realizado na quarta-feira (12) o Fórum dos Servidores Públicos havia protocolado aos candidatos ao governo do Estado uma pauta de reivindicação contendo pontos importantes para o segmento.

Da Redação
www.servidorpublicoms.com.br

No extenso documento protocolado aos postulantes ao cargo de governador, foram elencados pontos como a revisão geral anual, incorporação do abono de R\$ 200,00, aplicado às carreiras no exercício de 2016, no salário-base dos servidores, adoção de gestão previdenciária paritária entre representantes do governo e dos servidores para administrar a previdência do funcionalismo estadual. Redução de 50%, do número de pessoal comissionado, fim da terceirização no serviço público e realização de novos concursos, criação de comissão técnica, com composição bipartite e igualitária para diálogo permanente sobre política de valorização salarial.

Nesta semana a maioria dos candidatos convidou o Fórum dos Servidores para entregar a resposta quanto às reivindicações realizadas pela categoria. Segundo Jean Carlos Miranda, presidente do Sinpol (Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso do Sul), um dos coordenadores do Fórum, a reunião com os candidatos foi muito produtiva porque todos que receberam a proposta se comprometeram a cumprir em caso de eleição. “Foi muito importante a manifestação positiva dos candidatos em relação ao compromisso de dialogar e respeitar o funcionalismo estadual, quanto as reivindicações da classe relacionadas a reajuste salarial, carreira e previdência, analisou Gean”.

REINALDO AZAMBUJA
O único candidato que não recebeu o documento foi o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), que não compareceu ao debate realizado na Fetems e no Sinpol. Azambuja é investigado pela Polícia Federal por envolvimento em um esquema de propinas que beneficiava a JBS e outros frigoríficos de Mato Grosso do Sul.



SINDIJUS-MS divulga publicação de Lei que beneficia servidores do Judiciário

A direção-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) informa a promulgação da Lei Nº 5.256 de autoria do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (TJMS) que visa consolidar a gratificação pecuniária de desempenho paga ao Oficial de Justiça, licença maternidade para mães adotivas, entre outras alterações, conforme publicação no Diário Oficial do Estado, no dia 21 de setembro.

Da Redação
www.servidorpublicoms.com.br



Além das proposições descritas no boxe da direita, é prevista criação de cinco cargos de assessor de direção do foro de entrância especial para as Comarcas de Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três

Lagoas, bem como para o CIJUS; a revogação do artigo que prevê o subteto remuneratório de 70% do subsídio mensal dos desembargadores do Tribunal de Justiça como limite à remuneração dos

servidores do Poder Judiciário; A necessidade de Laudo definitivo e esgotamento de recursos acerca de conclusões periciais para reintegração, aproveitamento, reversão e recondução.

A lei altera as seguintes proposições:

Fazer constar em Lei a gratificação pecuniária de desempenho paga ao Oficial de Justiça (analista judiciário – serviço externo – executor de mandados), a fim de consolidá-la, pois até então está prevista apenas em Resolução;

A concessão de licença maternidade integral para a servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança para fins de adoção (independente da idade da criança adotada), equiparando-se pais biológicos de pais adotivos;

Adequar a denominação e remuneração dos controladores de mandados de entrância especial, pois atualmente apenas o controlador de mandados de Campo Grande recebe símbolo PJFC-6, enquanto os controladores de Dourados, Corumbá e Três Lagoas (entrâncias especiais) recebem gratificação símbolo PJCI-5. Dessa forma se uniformizaria todos ao parâmetro remuneratório da Capital e com a mesma nomenclatura;

Deixar de contar o afastamento para tratamento de saúde como causa de suspensão ou interrupção na contagem do tempo de serviço para fins do direito à licença prêmio por assiduidade, por entender que tal previsão puniria o servidor que adoecesse, sendo que não há restrição semelhante quanto aos magistrados;

Incluir expressamente que no caso de servidores designados ou redistribuídos o prazo para exercício será contado da data em que retornar ao serviço em caso de férias ou licença, conforme atualmente aplicado ao instituto da remoção;

Diminuir de 30 dias para 15 dias o prazo de prorrogação para que novos servidores tomem posse e entrem em exercício, a fim agilizar a reposição, coibindo eventuais atos protelatórios de candidato que solicite prorrogação e resolva não assumir o cargo.



Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS)

Tenente Monaco será a voz dos servidores públicos a nível federal

II Durante este período eleitoral, o candidato a Deputado Federal, com o número 3190, Tenente Monaco, tem cumprindo uma extensa agenda por Mato Grosso do Sul, percorrendo os 79 municípios. Monaco tem o apoio de todas as associações representativas dos militares estaduais de MS e do Fórum dos Servidores, e nesta caminhada tem apresentando suas metas de trabalho a policiais, bombeiros militares, servidores públicos, comerciantes e população em geral.

Da Redação
www.servidorpublicoms.com.br

Tenente Monaco tem se destacado como liderança nas lutas pelos direitos dos militares estaduais, servidores públicos e no combate à criminalidade.

Em suas propostas tem como metas trabalhar pela valorização salarial da categoria; por maiores verbas para a educação e a saúde; pelo endurecimento da legislação penal; no apoio a investimentos massivos para Segurança Pública e pelo fortalecimento dos órgãos de segurança municipais, incentivando assim, os profissionais do interior, com o objetivo de interligar o interior à Capital, atendendo as necessidades dos municípios com mais rapidez e agilidade, dentre outras propostas.

“A nível nacional, continuarei com o trabalho representativo que já executo, de buscar a devida valorização salarial e melhores condições de trabalho a todos os servidores públicos, com o objetivo de bem atender a população”, finalizou Tenente Monaco.



Monaco tem se destacado como liderança nas lutas pelos direitos dos servidores públicos

Sindetran-MS já denunciou descaso com empresas credenciadas para vistoria



II Depois da polêmica envolvendo novas denúncias de irregularidades em vistoria de veículos, realizadas em empresas credenciadas em MS, o Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) alerta para a falta de fiscalização do serviço e o excesso de terceirização no órgão.

Para a diretoria do sindicato, o alto preço cobrado pela vistoria do DETRAN leva a população do Estado a procurar as Empresas Credenciadas para Vistorias (ECV's), eviden-

ciando o favorecimento dos proprietários dessas empresas.

O credenciamento do serviço de vistoria também evidencia imprudência e descompromisso com Segurança Pública do Estado, uma vez que as Empresas de Vistorias são credenciadas através de indicações políticas, retirando das vistas do órgão, um serviço essencial que deveria ser executado por agentes públicos. “O controle de veículos é muito importante para a sociedade, uma vez que o

roubo e furto de veículos em nosso país é assustador. Contudo esse problema não é de interesse do Governo do Estado, já que não se atenta a uma fiscalização presente das empresas credenciadas para vistoria”, afirma o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai .

“Ao terceirizar o serviço, o DETRAN não tem o controle total sobre os veículos que possam apresentar irregularidades em motores e chassi, por exemplo”, enfatiza o presidente do Sindetran-MS.